

DIÁLOGO COM INDÍGENAS DO KRUKUTU E TENONDÉ PORÃ

Data: 26 de agosto de 2022

Horário: das 10h00 às 13h00

Local: Aldeia Krukutu / Tenondé Porã – Jardim Vera Cruz, São Paulo - SP.

PROGRAMAÇÃO

10h00	Recepção e boas-vindas
10h15	Abertura da sessão de diálogo
	Falas dos líderes indígenas
	Falas dos representantes da Prefeitura
	Questionamentos e respostas
13h	Encerramento

PARTICIPANTES DO EVENTO

Lideranças indígenas

Tranquilino representante da Aldeia Krukutu
Jerá representante Guarani da Aldeia Kalipety
Licucárra da Aldeia Takuaju
Beatriz da Aldeia Tape Mirí ,
Lourdes da Aldeia Kuaray Ouã
Silvana da Aldeia Brilho
Fabrício da Aldeia Guarapaju
Wesley da Aldeia Ikatu
Mestre Ari da Paz, representante da comunidade Quilombola de Marsilac e membro Guarani.

Da Prefeitura do Município de São Paulo

Patrícia Saran, SMUL/ Assessoria de Participação Social
Marco Antônio Mills Martins, SMUL/ Assessoria de Participação Social
Priscila Coelho Pereira, SMUL/ Assessoria de Participação Social
Francila Natalia dos Santos, SMUL/ Assessoria de Participação Social
Heliana Lombardi Artigiani, SMUL/ Planurb
Guilherme Iseri de Brito, SMUL/ Planurb
Maria Stella Cardeal de Oliveira, SMUL/ Planurb
Pamela Escolástico Rodrigues, SMUL/ Planurb
Riciane Maria Reis Pombo, SMDHC/ COPIND
Glauco Blasco, SMUL/ ASCOM
Ribeiro, filmagem e fotografia de SMUL/ ASCOM
Marla – Secretaria de Comunicação

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

O líder Tranquilino recepcionou a todos.

A Sra. Patrícia Saran agradeceu a recepção, falou sobre a Etapa 1 do processo participativo da revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico e passou a palavra para a Sra. Heliana Lombardi Artigiani, a qual fez uma breve explicação sobre o que é o Plano Diretor Estratégico, e quais seus princípios gerais e o que propõe para o município de São Paulo de forma ampla. Finalizada a introdução foi passada a palavra para o Sr. Guilherme Iseri de Brito, que abordou os principais temas sobre as Macroregiões/Macroáreas em que as aldeias indígenas de São Paulo estão inseridas, e discorreu sobre os problemas identificados pelo Diagnóstico elaborado por Planurb, abrindo em seguida à palavra aos membros das aldeias indígenas para exporem suas considerações a respeito do PDE e indicarem suas necessidades, a fim da Secretária de Urbanismo e Licenciamento de São Paulo se atentar no momento de elaborar a revisão do PDE, e garantir que haja maior suporte e infraestrutura para a região do território.

Sra. Jerá iniciou sua fala toda em guarani e em seguida procedeu à tradução para a língua portuguesa, agradecendo em nome de toda a comunidade indígena a disponibilidade de realizar a reunião no território, pois é muito difícil que os órgãos governamentais se disponham a esse contato direto com os territórios indígenas. Destacou o fato de que, a localização da Aldeia Krukutu é tão próxima se comparada a outras aldeias, tendo em vista estarem dentro da Capital de São Paulo, e por esta razão acredita na importância de haver essa conexão maior entre o juruá (homem branco, ou na tradução fiel “boca com cabelo”, que é como eles se referem à comunidade não indígena) e o indígena, para se conhecerem e se comunicarem, viabilizando a troca cultural, assim como há entre eles indígenas com a cultura juruá, quando acessam as escolas das redes Municipais e Estaduais, os postos de saúde e a própria internet que eles possuem acesso.

Entretanto, apesar de terem esse acesso à educação, cultura e a saúde, o suporte governamental acaba não sendo efetivo, uma vez que nas aldeias há muitos membros que não se comunicam na língua portuguesa, e sim com língua originária, e destaca isso ser incrível, pois não se trata de um atraso para os povos indígenas, mas sim uma forma de resistência maravilhosa, que impulsiona e dá carga para lideranças como ela a desenvolver o seu trabalho de mediação entre as comunidades indígenas e os órgãos estatais.

Com relação às áreas verdes, ela destaca a dimensão do território de São Paulo visualizada anteriormente no mapa, e demonstra a importância da proteção de regiões como Parelheiros e das reservas indígenas que a protegem, uma vez que não são apenas deles, mas de todos os paulistanos. Fez uma reflexão sobre o crescimento populacional desenfreado na região central que é densamente construída e com pouca vegetação, em comparação ao território de Parelheiros, e que apesar de não ser arquiteta e urbanista, acredita que em 20 (vinte) anos, se continuar assim, a cidade irá colapsar. Cita também que, apesar de juruá morar em edifícios, em casas de alvenaria, caminhar sobre o asfalto que tampa todos os rios, sem se preocupar com a aparição de cobras, por exemplo, toda essa estrutura de sobrevivência só é possível, pois ainda sim há suporte da natureza, das áreas verdes, que levam água e alimento para os juruás se alimentarem e se hidratarem. Inclusive lembra sobre a utilização dos materiais extraídos da natureza para a produção de itens de vestuário e tecnologia, como os celulares tão utilizados diariamente para a comunicação.

Nesse sentido, referiu-se sobre a responsabilidade dos representantes dos órgãos públicos quanto ao meio ambiente, bem como da necessidade de trabalhar com os povos indígenas e promover a sua proteção, pois afinal há séculos eles preservam a natureza, pelo modo de vida que possuem e a forma como eles se relacionam com a natureza, preservando todo o ecossistema natural.

Aponta o contexto histórico de sua aldeia, que viveu por 70 (setenta) anos sem território e com a consequente proibição de cultivar seus alimentos tradicionais, utilizados de forma cultural e por meio de conhecimentos milenares, sem devastar o meio ambiente. E que agora, passado tanto tempo receberam um território de 16 mil hectares para poderem retomar sua forma de vida. E faz uma nova reflexão, a este novo contexto, mencionando a forma de vida dos juruás que em meio a tantos empreendimentos, com projetos para o desenvolvimento de monocultura e criação de animais para o mercado capitalista, que destrói e mata o meio ambiente, com o objetivo de acumular mais e mais fortunas, a fim de quando não tiver mais condições para trabalhar, poder descansar e ir a um sítio ou em algum lugar sossegado pescar. Demonstrar que o indígena já faz isso agora, e não precisa destruir nada para isso. Por essa razão, acredita na importância da comunicação entre os povos indígenas e os juruás de órgãos públicos, para que juntos pensem em um novo modo de vida, para promover um futuro diferente para as novas gerações, com a recuperação de áreas degradadas, com o plantio de mudas nativas, a exemplo do que já acontece por meio de fornecimento de recursos do Comitê de Aldeias e o apoio do Programa Aldeias.

Comunicou a existência de loteamentos clandestinos na região Parelheiros que os tem assustado muito, e que quem os apropria são pessoas, infelizmente, sem consciência ambiental, e que não possuem conhecimentos de construção e muito menos de soluções sustentáveis. E ressalta que tal comportamento é incentivado pelo tipo de política ambiental atual, tendo em vista que a polícia ambiental nada faz a respeito do desmatamento nos terrenos clandestinos. Entretanto, quando se trata da abertura de uma pequena área para instalação de roça dos povos indígenas a fiscalização acontece, sendo que se comparar a extensão das áreas está última é mínima. E mais, quando acontece de alguém denunciar o que ocorre nessas áreas clandestinas, o denunciante é ameaçado de morte.

Nesse sentido, acredita que é um momento delicado, sendo necessária a união de todos pela preservação desse território. Fazendo parte dessa luta o serviço de levar mais instrução e conhecimento ambiental para o juruá que está inserido nessas áreas, para que ele aprenda uma nova forma de se relacionar com o meio ambiente, e respeitá-lo. Pois há um grande receio dos povos indígenas de que essa devastação da área verde se aproxime ainda mais das aldeias, como está acontecendo próximo ao lado esquerdo da Aldeia Tenondé Porã. Inclusive, a polícia ambiental já tomou conhecimento do ocorrido, mas nada faz a respeito.

Portanto, acredita ser um ponto muito importante a ser destacado como necessidade para os povos indígenas, pois se eles são invadidos por este tipo de ação humana, eles ficam muito vulneráveis, pois são de fato, povos muito pacíficos, uma vez que a educação tradicional do indígena é de nunca fazer o mal para o outro. Milenarmente, a cultura guarani é instruída para sempre que haja algum conflito, que especialmente possa resultar em morte, o povo deve se afastar e não enfrentar. Por isso, se faz necessária a colaboração dos poderes públicos junto à comunidade indígena.

Contou também como se dá a relação dos indígenas assalariados, que saem das aldeias para trabalhar, com a realidade dos que permanecem realizando os serviços internos de preservação e manutenção da aldeia. O reflexo que traz é de desigualdade, em suas palavras, Jerá coloca que os assalariados acabam fazendo festas de aniversário para seus filhos, realidade impossível para os não assalariados. Dos 1.500 (hum mil e quinhentos) integrantes da aldeia, talvez menos de 100 (cem) sejam assalariados, o que coloca em destaque esta diferença, levando a incompreensão das crianças sobre as condições de seus próprios pais de poder ou não oferecer uma festa de aniversário.

Evidenciou também, a frase que entrou na aldeia e que se ouve frequentemente: “Você precisa ir para a escola para ser alguém na vida”. Isso interrompe drasticamente uma cultura milenar que não busca o mercado de trabalho, que não busca o fortalecimento da vida capitalista que destrói a natureza, ela busca apenas uma vida feliz nesse plano. E isto estabelece na aldeia uma série de conflitos, que vem de uma sistematização, infelizmente de uma total ignorância, de muitas pessoas que tem contato com a comunidade.

Em vista disso, há pouco tempo, tiveram algumas reuniões e conflitos com a ONG que trabalha na escola de educação infantil, pela prefeitura municipal, uma vez que o chefe era uma pessoa que tratava de forma ríspida as indígenas, impedindo inclusive de participarem de reuniões importantes, se não fosse solicitada sua autorização diretamente.

Ocorre que o mecanismo de vida do juruá é muito diverso e encantador de várias formas, e assim o guarani ainda tem muita dificuldade de compreender o mundo do juruá. Porque o guarani é muito bonzinho, e se encanta rapidamente com o juruá que lhe trás presentes, que lhe é agradável, pois em sua cultura aquele que lhe trata com respeito, que lhe dá presente, aquele que te abraça, são pessoas boas, só que não é sempre assim no mundo juruá.

Então uma das questões problemáticas na terra indígena, vem por meio da educação municipal, como por exemplo, quando que compraram vários berços para colocarem as crianças para dormirem durante o dia, o que vai contra a cultura guarani, na qual as crianças acompanham os adultos normalmente durante o dia, dormindo apenas a noite. E o que era para ser uma educação para fortalecimento da cultura guarani, veio como um entrave cultural.

Em paralelo, a educação estadual que é a que impõe que a educação guarani é diferenciada, ainda sim, age com desproporcionalidade, pois tudo o que é reivindicado e questionado pelo povo indígena nunca vem, e tudo o que pedem para aldeia precisa ser feito para ontem, sem considerar que é uma cultura diferente, e que ainda estão se apropriando dos códigos da cultura juruá, não estabelecendo assim uma relação de respeito.

Compartilhou também a recente conquista de sistematizar uma educação alternativa muito mais saudável para o povo guarani. Nas novas aldeias, estão criando um sistema diferenciado do Ensino Médio, no qual não mais os jovens vão até a escola, mas sim os professores vão até as aldeias ensiná-los, em conjunto com as práticas culturais guarani, como o plantio, a construção de armadilhas, dentre outros conhecimentos tradicionais, e este método está funcionando muito bem.

Realça que isso traz uma força muito grande ao povo indígena, no sentido de que perderam tudo por muito tempo, o que trouxe muitas consequências ruins, mas que vão fortalecer novamente a sua cultura.

Também compartilhou que estão em um território com número de usuários de álcool e de drogas muito alto, e estão novamente iniciando um ciclo de violência contra as mulheres. Frequente, além de agressões verbais e físicas, também acontecem estupros, e isso vem como consequência da perda de território, que ao invés de manter o povo guarani afastado o aproxima dessas interferências.

Outro problema apontado é a não aprovação da PL 181/2016 que seria um pagamento mínimo da prefeitura para uma população que preserva a natureza a mais de 500 anos. Este Projeto de Lei possui um valor tão mínimo se comparado com os valores investidos na cidade de São Paulo, mas apesar de mínimo solucionaria e muito os problemas enfrentados pelos povos indígenas.

O Programa Aldeias vem fazendo trabalhos magníficos e potencializou a preservação ambiental, oferecendo muito para a recuperação da vegetação nativa, possibilitando ao povo guarani ter acesso novamente à árvore jaracatiá, que é muito especial e alimenta muitos animais da Mata Atlântica, sendo um deles a anta, que é um grande dispersador de sementes, que auxiliará na recuperação e multiplicação desses exemplares nativos, que é uma árvore grande e linda, chegando a ser emocionante estar próximo a ela.

Além desse trabalho, foram e estão sendo realizados muitos outros que podem ser vistos e acompanhado pelo site do Programa Aldeias, e que a aprovação do PL 181/2016 potencializaria ações como esta. Não ficando mais, as medidas de recuperação ambiental sujeitas a cada mudança política do município.

Comprometeu-se em estudar mais sobre o Programa Ligue os Pontos, no sentido de conseguir apoiar de forma mais completa as ações dos trabalhos indígenas em relação à agricultura, preservação e recuperação de áreas degradadas, e também para a formação de juruás do bairro, e não só para as aldeias, pois deseja conscientizar os juruás do bairro, sobre a riqueza do território aonde vivem, para que assim se tornem apoiadores, na posição de guardião/guardiã da natureza local.

Para finalizar, informou que o CEU de Parelheiros, tem pouquíssima ação para desenvolver trabalhos voltados para e sobre o povo indígena no território, sendo um espaço que realiza muitas atividades boas para os juruás, e diariamente os recebe em grandes grupos, e para os guaranis nada. E conclui que a DRE Capela do Socorro e também a Secretaria Municipal de Cultura está pouco interessada com isso, o que

em seu ponto de vista é um problema, pois a unidade do CEU Parelheiros poderia se tornar um ponto muito especial para tratar as questões, o trabalho, a cultura e a preservação do meio ambiente, dessas comunidades no seu território. Ressalta ser possível utilizar inúmeros materiais que já foram feitos dentro das aldeias, inclusive podem ser realizadas visitas de alunos do CEU de Parelheiros no território guarani, a fim deles observarem como esse povo vive e a razão do porque se preservar esse território.

Com muita gratidão disse que irão contribuir nas próximas etapas com as necessidades por eles discutidas e analisadas.

Em seguida o Lucas Santos, representante do Comitê Inter Aldeias, enfatizou o fato de que a cultura indígena é transmitida por meio da oralidade, e fazer um Plano diretor “da terra indígena” é um tanto estranho, pois a única coisa que os povos originários requerem é espaço para as famílias plantarem.

E confirmou o exposto por Jerá, informando sobre o desrespeito a lei de parcelamento e uso do solo LPOS, que ocorre por meio da ação de milícias e alguns integrantes do poder público, na criação de loteamentos clandestinos de forma criminosa, e com o desmatamento de grandes áreas com vegetação nativa.

Os demais membros das aldeias da região reforçaram os pontos reivindicados por Jerá, solicitando especialmente a proteção de seus territórios, e para algumas aldeias a criação de estrada segura para acesso a aldeia por meio de veículo automotor, a fim de assegurar um deslocamento seguro, em casos de emergência.

O encerramento foi feito pelas crianças, que cantaram para os visitantes na Casa de Reza. De forma sucinta, as principais reivindicações levantadas pelos integrantes do território indígenas, foram no sentido de que a revisão seja feita a fim de garantir que o território de Parelheiros seja de fato preservado, incluindo a aprovação do PL 181/2016, além da educação da população da região a respeito de meio ambiente e formas construtivas sustentáveis, a fim de assegurar a segurança da fauna e flora da região por ser um bem para toda a cidade de São Paulo e seus cidadãos.

REGISTRO FOTOGRÁFICO

Abaixo, juntaram-se alguns registros fotográficos da oficina realizada (anexo – fotos do evento).



Texto alternativo: pessoas sentadas em uma Casa de Reza (Opy), um local de piso de terra e paredes de barro (taipa) e estrutura de madeirama com uma janela em madeira. Ao fundo uma pessoa sentada em um tronco, colocando água na cuia de mate.



Texto alternativo: duas pessoas na Casa de Reza, fazendo apresentação sobre o Plano Diretor Estratégico, usando um *flip chart*. Ao fundo, um elemento sagrado e dois violões. As paredes são de barro (taipa) e estruturadas em madeira. No lado superior esquerdo, há uma lona marrom.

REGISTRO AUDIOVISUAL

O vídeo com a gravação da atividade participativa está disponível na plataforma do YouTube pelo link externo: <https://www.youtube.com/watch?v=R6ma9HU6YLY>